

## **Identities, subjects and African nations in Maranhão in the 19th century: the passport as an object of analysis**

Ingrid Janne Belfort Mendes<sup>1</sup>

**Resumo:** Esse artigo pretende discorrer sobre o processo identitário dos sujeitos escravos africanos e dos libertos, usando como objeto de estudo os passaportes de escravos/ libertos encontrados no Arquivo Público do Estado do Maranhão, tendo como base a história quantitativa e história demográfica, junto com a análise de intelectuais que pesquisa temática da Diáspora africana para apresentar uma discussão sobre a circulação dos escravos e libertos africanos na província maranhense, no império e no exterior.

**Palavras chaves:** Processo identitário, africanos, passaportes.

**Abstract:** This paper aims to discuss the process identity of the subjects of African slaves and freedmen, using as an object of study the passports of slaves / freedmen found in the Public Archives of the State of Maranhão, based on the quantitative history and demographic history, along with analysis research theme of intellectuals of the African Diaspora to present a discussion on the movement of slaves and freed Africans in the province of Maranhão, in the empire and abroad.

**Keywords:** Process identity, African, passports.

### **Introdução**

O tráfico de escravos africanos constitui um importante fenômeno social, pois representa um componente fundamental para a compreensão da história das sociedades americanas e suas relações com a África. Em relação ao Brasil, a escravidão se perpetuou por mais de 300 anos, através dessa perpetuação o país tornou-se referência para discussões sobre a difusão negra, sendo o segundo com maior percentual de afrodescendentes do mundo, perdendo somente para a Nigéria<sup>2</sup>, e o Maranhão é um dos estados com maior concentração do país, atrás da Bahia e do Rio de Janeiro. Por isso, a cidade de São Luís tem sido conhecida por sua configuração étnica racial oriunda das

---

<sup>1</sup> Graduanda do 7º período do curso de História - Licenciatura da Universidade Estadual do Maranhão (UEMA) e bolsista de iniciação científica (PIBIC/UEMA). Sob a orientação da Prof. Dra. Tatiana Raquel Reis Silva e membro da Oficina Identidades, Movimentos a África. E-mail: [ingridbelfort27@gmail.com](mailto:ingridbelfort27@gmail.com).

<sup>2</sup> ZAMPARONI, Valdemir. **A ÁFRICA E OS ESTUDOS AFRICANOS NO BRASIL: PASSADO E FUTURO**. Cienc. Cult. vol.59 no. 2 São Paulo Ap./June 2007.

manifestações culturais africanas trazidas pelos sujeitos escravos e ressignificadas ao longo do tempo. Essa grande diversidade no Maranhão só foi possível através da entrada maciça dos negros, a partir do ano de 1755, com a implantação da Companhia Geral de Comércio Grão-Pará e Maranhão. De acordo com petição, encaminhada em 1752 pela Câmara Municipal de São Luís do Maranhão ao Governador e Capitão-general Francisco Xavier de Mendonça Furtado, almejava-se constituir uma sociedade autorizada a explorar o comércio de importação de escravos africanos.

Devido a essas circunstâncias, hoje temos a possibilidade de identificar vários estudos que buscam analisar o lugar ocupado pelo Maranhão nas rotas atlânticas da escravidão. A intenção desse artigo é tentar fomentar uma escrita histórica do Maranhão oitocentista, buscando trabalhar as identidades e características específicas desses sujeitos escravos que adentraram a província entre os séculos XVIII e XIX.

Para tanto utilizamos como objeto de estudo principal os passaportes emitidos aos escravos e libertos pelas diversas secretarias de polícia que existiam na província maranhense e fora dela e, que se encontram no Arquivo Público do Estado do Maranhão (APEM). Os passaportes, documentos ainda pouco explorados, possuem informações de alta relevância para a análise histórica. Por diversas vezes o passaporte, assim como o registro de batismos, constituía a única documentação que este escravo possuía ao longo de sua permanência no Maranhão, por isso a utilização deles se torna indispensável para aqueles que procuram adentrar o campo de estudos sobre diáspora africana no Maranhão.

## **A Chegada do negro ao Maranhão**

A entrada dos africanos no continente americano só foi possível através do tráfico dos mesmos, que ao longo de toda faixa Atlântico tornou-se um dos grandes empreendimentos comerciais e culturais que marcaram a formação do mundo moderno e a criação de um sistema econômico mundial. No continente africano já havia comercialização interna de escravos, especialmente na chamada África subsaariana, que eram enviados para o Mediterrâneo. Esta expansão de escravos provenientes da África

para o resto do mundo aconteceu a partir do século IX. Tal comercialização foi proibida no século XIX, mas só foi totalmente extinta no início do século XX<sup>3</sup>.

E como forma de melhor compreender estas trocas comerciais, o tema “Comércio Atlântico de Escravos” tem se tornado uma peça fundamental para o aprofundamento das reflexões sobre as dinâmicas atlânticas do ponto de vista econômico, político e cultural. E marcam, também, vários outros aspectos importantes de análise social como a agricultura, culinária, religião, língua, música, artes, arquitetura, ferramentas essenciais para uma visão da formação da sociedade moderna ocidental.

As grandes rotas atlânticas durante algum tempo serviram para historiografia brasileira como forma de pensar o comércio de escravos africanos. Os melhores exemplos dessas análises foram às explicações construídas através das relações diretas estabelecidas entre a África Ocidental e Bahia, onde o tabaco produzido nas fazendas do recôncavo baiano era a principal mercadoria utilizada na aquisição de escravos das Costa da Mina. Nos últimos anos, as novas perspectivas historiográficas sobre a diáspora africana e suas “rotas minoritárias” têm oferecido alternativas de reflexão sobre o tema.<sup>4</sup>

No Maranhão, como já foi mencionada acima, a introdução do sujeito escravo aconteceu em 1755, com a fundação da Companhia de Comercio Grão-Pará e Maranhão pelo Marquês de Pombal, então ministro do Rei de Portugal D. João I. O escravo africano adentra a então província para utilizado no trabalho do cultivo de arroz, na época principal produto de comercialização maranhense.

Sobre nessa temática temos o artigo de Josenildo de Jesus Pereira intitulado “**Na fronteira do cárcere e do paraíso: Escravidão, cotidiano e resistência no Maranhão oitocentista**” que, ao utilizar as análises de Antonio Carreira, é ilustrativo do montante da população escrava que fora introduzida no estado naquele período.

De acordo com Antônio Carreira os primeiros portos exportadores de escravos constituídos da África foram às de Guiné e de Angola, de onde, grosso modo, eram trazidos, os

<sup>3</sup> J.E. Inikory. 2010

<sup>4</sup> CARVALHO, Mariza de (org.), **Rotas atlânticas da diáspora africana: entre a Baía do Benim e o Rio de Janeiro**. Niterói. EdUFF, 2007.

povos Bentos e Sudaneses. Entre os anos de 1756 e 1789, a Companhia abasteceu os mercados de São Luís e de Belém, com mais ou menos 20.339 escravos transportados de diferentes partes. Desses 20.339 escravos, 8.937 eram homens (43,9%), 5.332 eram mulheres (26,2%), 2.2213 eram rapazes (10,8%), 1.754 eram mulheres jovens (18,6%) 40 crianças de ambos os sexos (0,19%) 2.063 sem indicação do porto (10,1%). (PERREIRA, 2005, p.181)

Como é possível perceber, estes dados acrescentam informações importantes sobre os principais locais de saída destes sujeitos, bem como a porcentagem por sexo e idade. De fato, é preciso um trabalho mais detalhado que possa nos dar maiores subsídios acerca dos portos de procedência e dados demográficos da população escrava do Maranhão entre os séculos XVIII e XIX. Neste sentido, o presente trabalho, que surgiu a partir do desenvolvimento de um projeto de iniciação científica, pretende preencher algumas dessas lacunas assim como elucidar aspectos da vivência, espaços de sociabilidade e os processos de ressignificação de identidade desses escravos.

## **A mudança do perfil identitário do africano**

Em África os sujeitos se tornavam escravos devido a inúmeros fatores, o mais frequente era aquele resultante das guerras entre reinos rivais, em que o perdedor se tornava escravo do então vencedor. Quando enviados para a América e, conseqüentemente, a inserção em uma nova sociedade era inevitável a perda da identidade, que acontecia quando o escravo era obrigado a ser batizado nos rituais católicos, tendo que abdicar das suas crenças e costumes. Neste momento, o seu nome de origem era substituído por um cristão, em alguns casos acrescentava-se o local de procedência – o porto ou nação de onde ele era retirado – e o nome ou sobrenome do seu proprietário. Marize Soares de Carvalho acrescenta que: “[...] Não existe qualquer homogeneidade nos nomes das procedências: vão desde os nomes de ilhas, portos de embarque vilas e reinos a pequenos grupos étnicos.” (SOARES, 2000.p.109).

De acordo com a tradição africana o nome que era uma palavra de extrema importância, pois trazia algo de sua personalidade, mas devido a realidade vivenciada a partir de então, modificava-se para um nome cristão. Segundo Soares essa mudança acontecia desta seguinte forma:

[...] No caso dos escravos africanos chegados na cidade sem terem sido batizados, o assento batismal informa o gentio ou a nação a que aquele escravo pertence, no caso dos escravos nascidos na cidade batizados logo ao nascer, e informado o gentio ou a nação da mãe do inocente batizado. (SOARES, 200. p. 95)

Ainda sobre a influencia das práticas católicas e a mudança de identidade, Linda Heywood (2004) no livro “Diáspora negra no Brasil”, assinala que a familiaridade cultural com a crença cristã constituía um fato muito comum para escravos originários do continente, devido ao processo de aculturação já ser recorrente ao longo de toda costa litorânea africana. Assim, a autora ressalta o papel de importância da Igreja Católica no processo de mudança pelo qual o sujeito escravo passou ao chegar às terras americanas.

## **Os passaportes como objetos de análise**

Os passaportes servem como instrumento para compreender a dinâmica da mudança identitária e para questões de análises quantitativas de homens e mulheres, sua faixa etária, destino, naturalidade, designação de cor, quantos viajavam sozinhos e acompanhados. A transcrição de 271 passaportes, entre os anos de 1750 a 1886, permitiu o mapeamento de 504 pessoas, sendo 388 homens e 108 mulheres e 8 sem identificação.

A partir do conjunto analisado, somente 113 passaportes divulgaram a faixa etária. As idades variavam entre 9 e 60 anos, para os homens e de 14 a 60 para as mulheres. No entanto, apenas 32 descreviam a idade dos homens, 4 as das mulheres somente e 77 não mencionavam a idade.

Para melhor ilustrar as informações presentes nos passaportes, destacamos abaixo algumas transcrições. Estas são de grande importância para analisar como ocorria a emissão de passaporte na província do Maranhão, em relação a população escrava. No exemplo que segue, temos um tipo de documento específico que era emitido para os escravos ou libertos.

O passaporte da escrava Antônia que possuía naturalidade da Nação de Angola (África), que seu dono era o brigadeiro Manoel de Sousa Coutinho, essa escrava seguia destino para a fazenda que ficava no distrito de Viana, que leva em sua companhia o pretinho João, idade de 07 anos, por consentimento de seu senhor. A validade do passaporte era de 20 dias tendo sua data de expedição dia sete de Junho de 1843. Também vem a descrição da escrava que tinha idade de 60 anos, a estatura era baixa, rosto comprido, cabelos carapinhos, olhos pretos, com boca e nariz regulares de cor preta, a escrava não sabia escrever e o órgão expedidor era a Secretária de Polícia do Maranhão (PASSAPORTE 1087, SECRETÁRIA DE POLÍCIA DO MARANHÃO, 7/6/1843).<sup>5</sup>

De primeiro, podemos observar que esta escrava viajava sozinha (sem acompanhar seu dono) em companhia de outro escravo que era menor de idade. A análise do passaporte – vale destacar que o papel do passaporte destinado ao escravo era de qualidade inferior ao do cidadão português - fornece uma série informações sobre o sujeito escravo ou liberto: sua condição de sujeito (escravo ou não) e conhecimento das letras. A regra da Secretaria de Policia, ao compor o passaporte do escravo, era identificar algumas características físicas, e se estas poderiam ser um diferencial para a localização deste caso houvesse fuga durante as viagens.

No que se refere aos passaportes emitidos para os donos de escravos, temos:

Em 25 de Fevereiro de 1786 se passou por esta secretaria Antonio Medeiros que levava sua companhia quatro moleques da nação de Angola chamados Francisco, João, José e Pedro, seguindo viagem para o Pará na Galeria [ilegível] mestre Manoel Francisco (LIVRO N° 39, PASSAPORTE 30, FL. 2. 25/2/1786).<sup>6</sup>

Como observado, neste segundo modelo de transcrição, não consta quaisquer indicações de características específicas dos escravos; somente seu nome, local de origem – procedência que não sabemos se equivale à sua naturalidade –, o dono deste escravo, o destino apontado, e o meio utilizado para a viagem, neste caso uma Galeria.

---

<sup>5</sup> Secretária de polícia/ chefeatura de polícia passaportes (1843-1891). Setor de avulsos pertencente ao Arquivo Público do Estado do Maranhão (APEM)

<sup>6</sup> Repertório de documentos para História de Escravos no Maranhão, volume I (1770-1830). Disponível no Arquivo Publico do Estado do Maranhão.

Frente a necessidade de melhor apresentação dos resultados encontrados nos passaportes, buscamos formular gráficos que destacam melhor essas características. Dessa forma, seguem quatro gráficos de acordo com os resultados da pesquisa.

**Tabela 1.1**  
**Identificação das pessoas encontradas nos passaportes (1756-1886)**

Designação	Quantidade	%
Mulheres escravas	89	18%
Homens escravos	331	66%
Pretos forros	27	5%
Pretas forras	15	3%
Crioulo forro	3	1%
Crioula forra	17	2%
Mulatos forros	2	1%
Mulatas forras	2	1%
Negros forros	1	0%
Pardos forros	1	0%
Criada forra	3	1%
Preta boçal	1	0%
Boçais	3	1%
Ladinos	1	0%
Cafuso forro	1	0%
Não identificados	7	1%
<b>Total</b>	<b>504</b>	<b>100%</b>

Fonte: Arquivo Público do estado do Maranhão. Passaporte de Escravos (1756-1886)

**Tabela 1.2**  
**Naturalidade (1756-1886)**

Local	Quantidade	%
Maranhão	21	4%
África	9	2%

# XXVII SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA

Conhecimento histórico e diálogo social

Natal - RN • 22 a 26 de julho 2013

ANPUH  
BRASIL

<b>Angola</b>	<b>16</b>	<b>3%</b>
<b>Lisboa</b>	<b>2</b>	<b>0%</b>
<b>Outros Lugares</b>	<b>10</b>	<b>2%</b>
<b>Não identificados</b>	<b>446</b>	<b>89%</b>
<b>Total</b>	<b>504</b>	<b>100%</b>

Fonte: Arquivo Público do estado do Maranhão. Passaporte de Escravos (1756-1886)

No primeiro gráfico, podemos observar que a maioria dos negros nascidos são do Maranhão, mas podemos dar ênfase aos pertencentes ao continente africano, especialmente, Angola. Os números apontam uma conexão entre Angola e o Maranhão, todavia ainda há uma quantidade significativa de escravos sem naturalidade.

**Tabela 2.1**  
**Designação de cor (1756-1886)**

<b>Classificação</b>	<b>Quantidade</b>	<b>%</b>
<b>Pretos</b>	<b>73</b>	<b>14%</b>
<b>Mulatos</b>	<b>19</b>	<b>4%</b>
<b>Pardos</b>	<b>15</b>	<b>3%</b>
<b>Crioulos</b>	<b>17</b>	<b>3%</b>
<b>Outros</b>	<b>6</b>	<b>2%</b>
<b>Não identificados</b>	<b>374</b>	<b>74%</b>
<b>Total</b>	<b>504</b>	<b>100%</b>

Fonte: Arquivo Público do estado do Maranhão. Passaporte de Escravos (1756-1886)

No gráfico sobre a designação de cor, existe uma grande quantidade de Pretos presentes no Maranhão, sendo que a maior parte desses escravos não estão



identificados. Devemos lembrar que não constam aqui escravos que são mantidos em cativeiros nas fazendas.

**Tabela 2.2**  
**Destino (1756-1886)**

<b>Local</b>	<b>Quantidade</b>	<b>%</b>
<b>Pará</b>	<b>120</b>	<b>24%</b>
<b>Rio de Janeiro</b>	<b>74</b>	<b>15%</b>
<b>Europa</b>	<b>63</b>	<b>13%</b>
<b>Maranhão</b>	<b>49</b>	<b>10%</b>
<b>Nordeste</b>	<b>110</b>	<b>21%</b>
<b>África</b>	<b>9</b>	<b>2%</b>
<b>Qualquer lugar da província</b>	<b>9</b>	<b>2%</b>
<b>Não identificados</b>	<b>70</b>	<b>13%</b>
<b>Total</b>	<b>504</b>	<b>100%</b>

Fonte: Arquivo Público do estado do Maranhão. Passaporte de Escravos (1756-1886)

Sobre o destino, a maioria viajava para o Pará, ou seja, a transição Pará-Maranhão era freqüente, devido a Companhia de Comercio Grão-Pará e Maranhão, que estavam em pleno funcionamento naquela época.

### **Conclusão**

Além de apresentar alguns fatores que possibilitaram a entrada dos negros na província maranhense, o artigo pretende ampliar o campo de pesquisas sobre a Diáspora Africana no Maranhão, propondo outro modelo de fonte (passaportes) para o estudo desta temática. Assim, esperamos ter ilustrado algumas dinâmicas das rotas comerciais atlânticas bem como o processo de ressignificação das identidades no mundo do cativo. Desta forma, a investigação está voltada para a composição étnica que se

configurou na demografia maranhense, conforme os padrões de africanidade durante o período estudado.

Com as informações extraídas dos passaportes, aliadas as análises dos diversos autores aqui apresentados, é perceptível a mudança de identidade e como esta interfere a vida do sujeito escravo. A reconfigurações de identidades quer seja no campo cultural e/ou religioso são percebidas nos dias de hoje. Estes são apenas olhares iniciais sobre os quais lançamos nossas interpretações e que ainda temos muito que acrescentar. Por isso a importância do estudo de identidade e também a inovação de se utilizar um documento novo para obter tais resultados.

## **Referências**

### **Fontes primárias**

Passaporte de escravos localizados no setor de avulsos. Arquivo Publico do Estado do Maranhão.

Repertório de documentação para História de Escravos no Maranhão. Volume I (1770-1883). Livro nº 39 (1786-1811) e livro nº 40 (1821-1833).

### **Fontes secundárias**

FARIAS, Sheila de Castro. **História da família e demografia histórica**. Disponível no livro organizado por: CARDOSO, Ciro Flamarion e VAINFAS, Ronaldo. *Domínios da História: Ensaios de Teoria e Metodologia*. Rio de Janeiro: Campus, 1997

FLORENTINO, M. G. **Em costas negras: uma história do tráfico atlântico de escravos entre a África e o Rio de Janeiro (Séculos XVIII E XIX)**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1994.

HEYWOOD, Linda (org). **Diáspora negra no Brasil**. São Paulo. Contexto, 2004.

INIKORI, J.E. **A África na história do Mundo: o tráfico de escravos a partir de uma ordem econômica no Atlântico**. Disponível na coletânea de História Geral da África volume V. África do século XVI ao XVIII. Editado por Bethwell Allan Ogot. – Brasília: UNESCO, 2010.

LOVEJOY, Paul E. **A escravidão na África: Uma história de suas transformações**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

PEREIRA, Josenildo de J. . **Na fronteira do cárcere e do paraíso: escravidão, cotidiano e resistência escrava no Maranhão oitocentista**. In: Mauro Cezar Coelho; Flavio dos Santos Gomes; Jonas Marçal de Queiroz; Rosa Elizabeth Azevedo Marin; Geraldo Prado. (Org.). *MEANDROS DA HISTÓRIA: trabalho e poder no Grão-pará e Maranhão, séculos XVIII e XIX* ISBN 8586037168. 1ª ed. Belém: UNAMAZ: Associação de Universidades Amazônicas, 2005, v., p. 176-190

REIS, João José e GOMES Flávio dos Santos. **Liberdade por um fio: história dos quilombolas no Brasil**. São Paulo: Companhia da Letras, 1996.

SILVEIRA, Renato da. Nação Africana no Brasil Escravagista: Problemas teóricos e metodológicos. Disponível em [http://www.afroasia.ufba.br/pdf/afroasia38\\_pp245\\_301\\_silveira.pdf](http://www.afroasia.ufba.br/pdf/afroasia38_pp245_301_silveira.pdf) acessado dia 01/02/2013

SOARES, Marize de Carvalho. **Devotos da cor: Identidade étnica, religiosidade e escravidão no Rio de Janeiro, século XVIII**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

THORNTON, John Kelly. **A África e os africanos na formação do mundo Atlântico, 1400-1800**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.